

CORREIO NACIONAL



Reprodução

Propagandas oferecem medicamentos mais baratos

Alerta para anúncios falsos sobre canetas emagrecedoras

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) identificou falsos anúncios, em redes sociais e na internet, sobre a venda de medicamentos agonistas GLP-1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras, incluindo o Mounjaro (tirzepatida).

Em nota, a agência alertou que os falsos anúncios atraem pacientes oferecendo medicamentos mais baratos ou mesmo de forma gratuita, via governo federal, mas após a realização de cadastro.

“Atenção: os anúncios

são falsos. A Anvisa não comercializa qualquer medicamento ou serve de intermediária para a sua venda. Os anúncios simulam, inclusive, o site oficial da agência. O domínio gov.anvisa.org não pertence à agência”.

No comunicado, a entidade destaca ainda que pacientes só devem comprar medicamentos por meio de farmácias e drogarias regularizadas.

“Se você encontrar publicações desse tipo, denuncie! E não clique em links relacionados”.

Revalida 2025: cartão disponível

Os candidatos da primeira etapa da segunda edição do ano do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira já podem acessar o Cartão de Confirmação de Inscrição. Este documento traz as informações como local

de prova, data, horário e de atendimento especializado ou tratamento pelo nome social, caso tenha sido solicitado e aprovado. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou o acesso na Página do Participante, dentro do Sistema Revalida.

CPNU 2024: 459 são nomeados

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos autorizou na quarta, a nomeação de 459 candidatos aprovados na primeira edição do CPNU 2024. Eles vão ocupar o cargo de analista técnico de políticas sociais, de nível superior, no quadro de pessoal do próprio ministério. A Portaria 8.730

que oficializa a autorização para as nomeações, foi assinada pela ministra do MGI, Esther Dweck, e publicada no Diário Oficial da União de quarta. Os novos servidores públicos federais atuarão em tarefas consideradas essenciais para a consolidação das políticas sociais como políticas de Estado.

Atendimento mais rápido no SUS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta terça-feira (7) a Medida Provisória (MP) 1301/2025, que cria o Programa Agora Tem Especialistas, e agora se torna lei federal. O texto havia sido aprovado pelo Congresso Nacional no fim de setembro.

Segundo o ministro da

Saúde, Alexandre Padilha, o presidente validou integralmente a versão final aprovada pelos parlamentares, sem vetos.

Anunciado em julho, o programa visa ampliar o número de médicos especialistas nas regiões mais necessitadas desses profissionais e reduzir o tempo de espera.

Metanol: 24 casos confirmados

O Ministério da Saúde divulgou, na quarta (8), que foram confirmados, até agora, 24 casos de intoxicação por metanol por ingestão de bebidas adulteradas no Brasil.

Cinco mortes foram confirmadas, todas em São Paulo. Outros 11 casos estão em investigação

(seis em São Paulo, uma em Mato Grosso do Sul, três em Pernambuco e uma na Paraíba). Na segunda, existiam 17 confirmações de contaminação por metanol e 217 notificações. Esse número subiu para 259 suspeitas, sendo que, nesse momento, há 235 em investigação.

Migrantes, refugiados e apátridas

O Governo Federal lançou a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida (PNMRA), marco que orienta a implementação das ações públicas voltadas a acolhida, integração e proteção de pessoas migrantes e refugiadas.

A política foi instituída por decreto presidencial

e publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (08). A partir dela, serão elaboradas políticas públicas setoriais pelos órgãos federais competentes, além de orientar as políticas já em execução. O plano definirá, ainda, estratégias para operacionalizar a política.

Agenda climática: sistemas alimentares são ignorados

Integração entre dieta, agricultura e metas de carbono é baixa

O Brasil tem deixado de explorar o potencial de seus sistemas alimentares para reduzir emissões de gases do efeito estufa e fortalecer a transição ecológica. É o que revela o Índice de Avaliação dos Sistemas Alimentares nas NDCs (Food Systems NDC Scorecard), divulgado por uma coalizão internacional de instituições que analisou como alimentação e agricultura estão inseridas nas metas climáticas dos países.

O estudo mostra que o Brasil obteve nota 6 em 12 pontos possíveis, indicando baixo aproveitamento das políticas de alimentação e agricultura para cumprir sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) – compromisso assumido no Acordo de Paris em 2015. Em 2021, os sistemas alimentares responderam por 73,7% das emissões nacionais. A informação consta no Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

Entre as falhas apontadas estão a ausência de medidas de incentivo a dietas sustentáveis e a previsão de expansão da pecuária industrial, apesar de seu impacto climático. O estudo lembra que o país dispõe de um guia alimentar reconhecido internacionalmente, que poderia servir de base para integrar políticas de nutrição e clima.



Rovena Rosa/Agência Brasil

O estudo mostra que o Brasil obteve nota 6 em 12 pontos possíveis

“O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU deixa claro que, mesmo que as emissões de combustíveis fósseis fossem eliminadas imediatamente, as emissões do sistema alimentar por si só comprometeriam a concretização da meta de 1,5°C e ameaçariam a meta de 2°C. O IPCC também enfatiza a importância da alimentação saudável e sustentável rica em vegetais, mas há uma omissão enorme em relação às medidas para mudanças na dieta. Apesar de o Brasil possuir um guia alimentar de referência, o país não está aproveitando esse

caminho para promover dietas mais sustentáveis e integrando com as políticas climáticas”, diz Cristina Mendonça, diretora executiva da Mercy For Animals no Brasil, uma organização não governamental sem fins lucrativos.

O levantamento foi lançado durante a Climate Week de Nova York e analisou seis países: Brasil, Quênia, Nova Zelândia, Suíça, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido. Mais quatro avaliações serão publicadas em outubro, antes da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que ocorre em

novembro, em Belém. Segundo os pesquisadores, o índice serve como roteiro para os países fortalecerem políticas alimentares e ação climática mais eficaz.

“A transição para padrões alimentares saudáveis, oriundos de práticas de produção regenerativas, é nossa melhor aposta para enfrentar os desafios da saúde e do bem-estar humanos, bem como da crise climática e da perda de biodiversidade, com enormes sinergias ainda inexploradas”, disse Fabrice DeClerck, diretor científico da EAT, organização sem fins lucrativos voltada para combater desordens alimentares.

Ricardo Stuckert (PR)



Jovens lançam carta compromisso por educação e justiça climática

Carta compromisso por educação e justiça climática

A 6ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente foi marcada, na manhã desta quarta-feira (8), pela leitura da Carta Compromisso das Crianças e Jovens pela Educação e Justiça Climática por dois estudantes a autoridades do governo federal, entre eles, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros de Estado, em Luziânia (GO).

O documento consolida as conclusões e os compromissos assumidos pelos próprios participantes desde as etapas escolar, municipal e estadual da conferência.

A carta com compromissos construídos coletivamente defende que a justiça climática não é só sobre o meio ambiente, mas exige igualdade, inclusão e respeito à diversidade.

O objetivo da carta é apoiar as discussões da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas 2025 (COP30), que será realizada em Belém, de 10 a 21 de novembro, para reafirmar o chamado para que esta seja a “COP da Verdade.”

“Nós não somos o futuro

do Brasil. Nós somos o presente e a transformação há de ser agora. O futuro é agora”, reivindicou um dos oradores, o estudante Diogo Henrique Antunes, de Santa Catarina.

Pelo futuro do planeta, a jovem estudante Ana Evangelista da Silva, do Ceará, defende a justiça climática e que os grupos que mais sofrem com as consequências das mudanças do clima sejam ouvidos. “Temos o compromisso de] ampliar a nossa capacidade de prevenção de riscos, assumindo que a consciência das diferentes vulnerabilidades nos torna mais humanos, verdadeiros e potentes para lidar com os impactos dos desastres climáticos.”

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, agradeceu aos jovens pela elaboração da carta compromisso. “O que foi lido aqui foram os princípios, os valores que norteiam a carta compromisso e que vocês fazem diferente: em vez de dizer para o presidente o que ele deve fazer, vocês sempre dizem o que vocês estão fazendo e o

que vocês estão comprometidos em fazer.”

Para uma plateia de cerca de 800 participantes da conferência, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que a retomada da mobilização social enfatiza o papel central da escuta social, da equidade e da educação na construção de uma política ambiental justa no Brasil.

“A importância de um governante é a escuta, ouvir o que as pessoas pensam, ouvir o que as pessoas sentem, no dia-a-dia. Porque são vocês que estão nas suas cidades, que estão nas suas escolas. Uma política governamental precisa ser construída a partir da escuta da sociedade. Por isso, a importância desta conferência, afirmou o ministro Camilo Santana.

Ele ainda explicou que a conferência que envolve estudantes infantojuvenis faz parte do ciclo preparatório para 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas 2025 (COP30), que será realizada em Belém, de 10 a 21 de novembro.

Mudanças climáticas já afetam cotidiano

Um em cada três moradores da Amazônia Legal (32%) já está sentindo diretamente os efeitos das mudanças climáticas. É o que revela a pesquisa de percepção da população Mais Dados Mais Saúde – Clima e Saúde na Amazônia Legal, divulgada nesta quarta-feira (8).

De acordo com o levantamento, essa percepção é ainda maior entre as pessoas que se identificam como parte de povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e seringueiros.

Nesse caso, 42,2% das pessoas dizem já sentir os efeitos provocados pelas mudanças climáticas.

As mudanças climáticas já estão refletindo no dia a dia e no cotidiano dessa população da Amazônia Legal, disse Luciana Vasconcelos Sardinha, diretora adjunta de Doenças Crônicas Não Transmissíveis da Vital Strategies e responsável técnica pela pesquisa.

“A Amazônia vem priorizando a implantação de muitas hidrelétricas, grandes negócios agropecuários, grandes desmatamentos. E isso tem uma consequência. Esse modelo de desenvolvimento acaba sendo excludente e predatório, reforçando pobres e desigualdades. E os povos tradicionais são afetados diretamente por essas consequências”, afirmou Luciana, em entrevista à Agência Brasil.

Entre os efeitos mais sentidos pelos moradores da Amazônia Legal estão o aumento da conta de energia elétrica (83,4%), o aumento da temperatura média (82,4%), o aumento da poluição do ar (75%), a maior ocorrência de desastres ambientais (74,4%) e o aumento do preço dos alimentos (73%).